



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

RECURSOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2025
MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO

OBJETO: Registro de preços para aquisição de cestas básicas.

Em resposta aos recursos interpostos pelas empresas BRINGHENTTI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e HAMBURGO CANTINA LTDA, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 030/2025, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de cestas básicas, passo a apresentar a análise das alegações apresentadas.

1. Empresas Recorrentes

As empresas BRINGHENTTI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e HAMBURGO CANTINA LTDA apresentaram recurso por meio do Portal de Compras Públicas, contestando a classificação e habilitação da empresa MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGISTICA LTDA.

2. Alegações da Empresa BRINGHENTTI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

A empresa BRINGHENTTI questiona dois aspectos da participação da empresa MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGISTICA LTDA:

2.1. Quanto à Classificação

A recorrente alega que a empresa MF apresentou a marca Flor de Lis para os itens de massa (espaguete e parafuso) que compõem a cesta básica. No entanto, argumenta que a marca não fabrica massas com a especificação "sêmola", conforme exigido no edital, produzindo apenas massas com ovos.

2.2. Quanto à Habilitação

A empresa BRINGHENTTI também contesta a habilitação da empresa MF, alegando que esta anexou Certidão Negativa de Débitos Estaduais vencida, cuja validade expirou em 03/08/2024.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

3. Alegações da Empresa HAMBURGO CANTINA LTDA

A empresa HAMBURGO CANTINA LTDA também questiona a habilitação da empresa MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGISTICA LTDA, apresentando duas alegações principais:

3.1. Certidão Negativa de Débitos Estadual Vencida

Assim como a empresa BRINGHENTTI, a recorrente aponta que a empresa MF anexou CND Estadual vencida, com validade até 03/08/2024, o que comprometeria sua regularidade fiscal.

3.2. Atestado de Capacidade Técnica

A empresa HAMBURGO CANTINA LTDA também contesta a validade do Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa MF, alegando que sua data de emissão é superior a três anos. Para embasar sua argumentação, cita o artigo 67, § 5º da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que, em se tratando de serviços contínuos, o edital pode exigir atestados que comprovem a execução de serviços similares por um prazo máximo de três anos.

4. Análise e Conclusão

Após análise das alegações apresentadas, passo a expor as seguintes considerações:

4.1. Quanto à Classificação

Realizei pesquisa sobre a marca Flor de Lis e constatei que, de fato, há registro de espaguete Flor de Lis na versão sêmola, atendendo ao requisito do edital. No entanto, para o formato parafuso, não encontrei evidências de que a marca produza essa massa na versão sêmola, apenas na versão com ovos.

Além da pesquisa sobre a existência da marca Flor de Lis com sêmola, também realizei um levantamento sobre as diferenças entre massas de sêmola e massas com ovos¹. Constatei que há massas de sêmola que incluem ovos na formulação. Entretanto, como pregoeiro, minha atuação se concentra na condução do procedimento licitatório, e entendo que essa questão

¹ Sites pesquisados:

<https://www.casaredo.com/blog/2022/09/19/massa-integral-semola-e-com-ovos/>

<https://romanha.com.br/blog/curiosidades/qual-a-diferenca-massa-com-ovos-massa-integral-ou-semola/>

<https://hileia.com.br/revista/massa-de-semola-e-o-macarrao-tradicional/>

<https://revistamalagueta.com.br/2017/09/11/receita-malagueta-voce-conhece-algumas-caracteristicas-da-massa-de-semola/>

<https://www.jmacedo.com.br/brandini/produtos/macarrao-de-semola-com-ovos-espaguete/>



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

técnica é mais adequada para análise do setor responsável, que dispõe de profissionais especializados, como nutricionistas.

Diante dessa análise, visando esclarecer eventuais dúvidas sobre a especificação técnica exigida, consultei o setor responsável da Secretaria solicitante. Em resposta, fui informado de que, após discussão com nutricionista, concluiu-se que a exigência prevista no edital pode ser atendida por massas que contenham ovos na formulação. Dessa forma, considerando a manifestação técnica competente, entendo que a marca Flor de Lis cumpre os requisitos estabelecidos para o item em questão, conforme deliberado pela Secretaria solicitante.

Ademais, a interpretação estritamente literal do edital, sem considerar as especificações técnicas e comerciais do mercado, resultaria em excesso de formalismo, levando à desclassificação da empresa sem justificativa razoável. Conforme exposto pela empresa MF em suas contrarrazões, as massas da marca Flor de Lis são elaboradas com sêmola e, naturalmente, podem conter ovos em sua composição. A ausência de menção explícita no edital sobre a possibilidade de inclusão de ovos não altera a natureza da massa, que continua sendo de sêmola.

Assim, mantém-se a decisão inicial do certame, de classificar a proposta da empresa MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGISTICA LTDA.

4.2. Quanto à Habilitação

4.2.1. Certidão Negativa de Débitos Estaduais

Ao revisar a documentação apresentada pela empresa MF, constatei que, de fato, houve um equívoco na análise inicial, pois a CND Estadual anexada está vencida desde 03/08/2024.

Como procedimento padrão antes de habilitar a empresa, consultei a validade da CND no site da Secretaria da Fazenda, utilizando o número da certidão e o código de autenticação. A consulta foi bem-sucedida, confirmando a autenticidade do documento. No entanto, não atentei que o vencimento em agosto referia-se ao ano anterior, o que levou ao erro na análise inicial.

Nas contrarrazões apresentadas, a empresa MF anexou a Certidão Negativa de Débitos Estadual atualizada e válida, justificando que houve um equívoco ao selecionar o arquivo para anexo inicial. A aceitabilidade dessa certidão atualizada está amparada pelo artigo 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que permite a “complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame”.

Não faria sentido inabilitar a empresa no momento em que a mesma comprova plenamente suas condições de habilitação, apenas porque inicialmente anexou um documento



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

incorreto. Tal decisão contrariaria o princípio da busca pela melhor proposta, que é o objetivo fundamental de um procedimento licitatório.

Portanto, considerando a regularização da documentação e o respaldo legal, esta parte do recurso está indeferida.

4.2.2. Atestado de Capacidade Técnica

Em atenção à questão apresentada pela empresa HAMBURGO CANTINA LTDA, quanto à validade do Atestado de Capacidade Técnica, o artigo 67, § 5º da Lei nº 14.133/2021, citado pela recorrente, refere-se exclusivamente a serviços contínuos, permitindo que o edital exija atestados que comprovem a execução de serviços similares por um prazo máximo de três anos. No entanto, o objeto da presente licitação trata de registro de preços para fornecimento de cestas básicas, e não de serviços contínuos. Dessa forma, não há limitação temporal para a validade dos atestados técnicos, sendo vedada qualquer restrição quanto ao tempo de emissão dos documentos apresentados. Essa parte do recurso também está indeferida.

5. Decisão Final

Após análise detalhada das alegações apresentadas pelas empresas recorrentes e das contrarrazões da empresa MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGÍSTICA LTDA, bem como das consultas realizadas ao setor técnico responsável da Secretaria solicitante, decido pelo indeferimento integral dos recursos interpostos.

A empresa MF permanece classificada na presente licitação, visto que atende aos requisitos do edital, tanto na especificação das massas quanto na regularidade documental, conforme fundamentação exposta nos itens anteriores. Os questionamentos quanto à habilitação também foram devidamente esclarecidos, e a documentação apresentada foi regularizada dentro dos parâmetros legais.

Neste momento, encaminho minha decisão para análise do Parecer Jurídico, a fim de garantir que todas as conclusões apresentadas foram devidamente embasadas e alinhadas com a legislação vigente, reforçando a transparência e a segurança jurídica do certame.

Campo Bom, 12 de junho de 2025.

Lucas Marques de Souza
Pregoeiro